

POSITION PAPER – ALIMENTAR PORTUGAL

Ciência e Inovação como Pilares da Segurança e Soberania Nacional

Sumário Executivo

O sector agroalimentar é estruturante para a economia portuguesa, para a coesão territorial e para a segurança nacional. Num contexto de instabilidade geopolítica, alterações climáticas e crescente exigência regulatória europeia, a sua viabilidade e sustentabilidade depende do reforço da capacidade científica nacional. Este documento identifica prioridades estratégicas de investigação e recomendações dirigidas aos decisores responsáveis pelo financiamento da ciência e inovação.

1. Enquadramento

Apesar do crescimento das exportações agroalimentares, Portugal apresenta uma balança comercial com um saldo crescentemente negativo. A pressão climática, a escassez de recursos, a perda de biodiversidade e a instabilidade internacional tornam prioritário investir em investigação e inovação para produzir mais, melhor e de forma sustentável. A evidência científica é igualmente essencial para garantir proporcionalidade regulatória e viabilidade e resiliência económica na implementação das políticas europeias.

2. O sector agroalimentar como pilar estratégico

A segurança alimentar é uma dimensão central da soberania nacional. A capacidade de produzir e abastecer alimentos de forma autónoma, e de garantir a sua qualidade nutricional, reforça a resiliência do país perante crises geopolíticas, disrupções logísticas e choques climáticos. A União Europeia reconhece hoje a segurança alimentar como estratégica, a par da energia e da defesa. Investir em ciência agrária e agroalimentar é, por isso, um pilar da segurança nacional.

3. Áreas estratégicas prioritárias

Portugal necessita de uma estratégia assente na ligação entre ciência, produção e território capaz de alimentar a inovação e criação de valor. As prioridades incluem: adaptação dos agroecossistemas às alterações climáticas; desenvolvimento de culturas mais resilientes a extremos de temperatura, e disponibilidade de água e nutrientes; proteção das plantas face a organismos nocivos; desenvolvimento de estratégias de produção animal inovadoras e sustentáveis, de acordo com os princípios "Uma Só Saúde"; conservação e promoção da biodiversidade e dos recursos naturais endógenos; gestão sustentável da saúde dos solos, água e energia; sustentabilidade ambiental e neutralidade climática; digitalização, automação e IA; e reforço da biotecnologia aplicada à agricultura e à floresta.

O impacto combinado de múltiplos stresses é uma falha grave no conhecimento científico atual, reconhecida a nível europeu. A produção de evidência científica nacional em condições reais de campo é indispensável para apoiar políticas públicas, fornecer evidências aos produtores tornando-os mais competitivos e ativos na garantia do cumprimento das metas ambientais europeias.

4. Capital humano e renovação geracional

A capacidade de inovação e resiliência nacional depende também da valorização e estabilidade das carreiras de investigação. O envelhecimento dos investigadores e a perda de quadros qualificados nas áreas das ciências agrárias e agroalimentares fragilizam a autonomia científica do país. Em paralelo, a renovação geracional

agrícola exige formação avançada de jovens agricultores capazes de adotar tecnologias inovadoras, ferramentas digitais e práticas sustentáveis.

Ciência e produção são indissociáveis: sem investigadores que gerem conhecimento aplicável e agricultores preparados para o adotar, a modernização do sector falhará.

5. Riscos da inação

A ausência de investimento poderá conduzir à perda de competitividade, abandono de fileiras estratégicas e do território, agravamento do risco de incêndios, incumprimento de metas climáticas e aprofundamento das assimetrias territoriais. O despovoamento do interior e a vulnerabilidade a choques climáticos e biológicos representam riscos económicos, ambientais e sociais muito significativos.

6. Recomendações

1. Criar um programa plurianual estável de financiamento para I&D agroflorestal e agroalimentar.
2. Reforçar e estabilizar as carreiras científicas.
3. Desenvolver um programa nacional de biotecnologia agrícola e florestal.
4. Apoiar a criação e consolidação de infraestruturas e redes nacionais de experimentação de longo prazo, usando laboratórios vivos e campos experimentais, como instrumento de cocriação com o setor.
5. Criar uma rede nacional de monitorização de solos.
6. Alinhar a estratégia nacional com os instrumentos europeus de financiamento.
7. Criar mecanismos de coordenação interministerial e governação estratégica.
8. Garantir proporcionalidade regulatória baseada em evidência científica.
9. Reforçar a transferência de conhecimento.
10. Promover a renovação geracional.

7. Síntese

Reforçar a ciência e inovação nas áreas agrárias, florestais e agroalimentares é essencial para a segurança alimentar, soberania económica, coesão territorial e cumprimento das metas climáticas. O custo da inação será superior ao investimento necessário, suportado numa base de continuidade e estabilidade. A ciência aplicada aos sectores agroalimentar e florestal deve ser assumida como infraestrutura crítica da autonomia nacional.



Fátima Baptista
(fb@uevora.pt)



José Alberto Pereira
(jpereira@ipb.pt)



João Andrade Santos
(jsantos@utad.pt)



Ruth Pereira
(ruth.pereira@fc.up.pt)



David Fangeiro
(dfangeiro@isa.ulisboa.pt)



M. Margarida Oliveira
(mmolive@itqb.unl.pt)